

Crise e Alternativas para os Institutos de Planejamento, Pesquisa e Estatística Brasileiros: O Contexto Estadual

Roberto Nascimento Rodrigues

Presidente da Fundação João Pinheiro

XXIII Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – ANIPES

São Luís, Maranhão, Novembro de 2018

Organização/pontos principais:

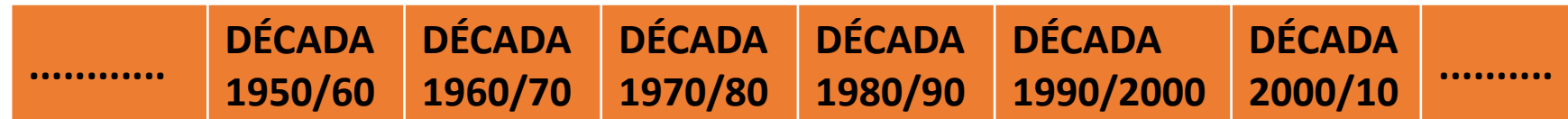
- 1. A trajetória histórica recente dos institutos, que será o fio condutor da apresentação.**
- 2. O processo de ajustamento fiscal dos estados nos anos 1990, de modo a entender os impasses e desafios atuais.**
- 3. O atual quadro de dificuldades financeiras dos governos estaduais, que será descrito por meio de alguns indicadores fiscais básicos.**
- 4. Avaliação das principais tendências para os institutos e os desafios que decorrem deste contexto de crise e indefinições.**

Advertência:

A realidade econômica, social e institucional dos estados brasileiros é muito diversa.

Nesse sentido, a análise abrangerá elementos e aspectos de caráter geral, que podem se aproximar ou se distanciar mais ou menos da realidade particular de cada unidade federativa em termos individuais.

Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística



Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões, etc.

Não tinham, portanto, configuração institucional própria.



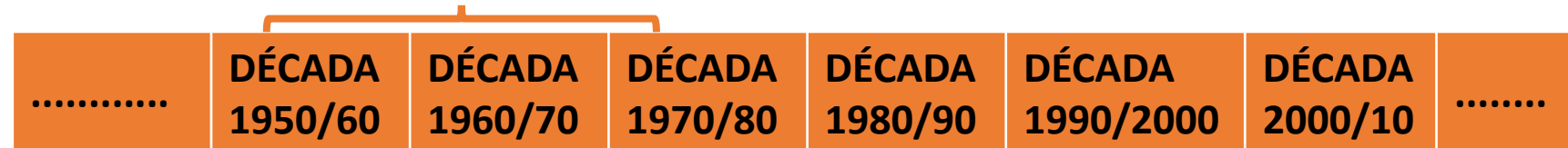
Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões, etc.

Não tinham, portanto, configuração institucional própria.

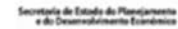
Diversas repartições e departamentos estatísticos foram ampliados, passando a incorporar outras atribuições de pesquisa aplicada e de planejamento, transformando-se em organizações institucionais específicas.



APOGEU

Industrialização acelerada. Governos estaduais reorganizam, modernizam e expandem suas áreas e atividades de pesquisa, planejamento e estatística.

Um “Ecosystema” Federativo de Pesquisa, Planejamento, Estatística e Formulação de Políticas Públicas



Despesas orçamentárias por Fundações Seleccionadas – 2017 (R\$ milhão - valores correntes)

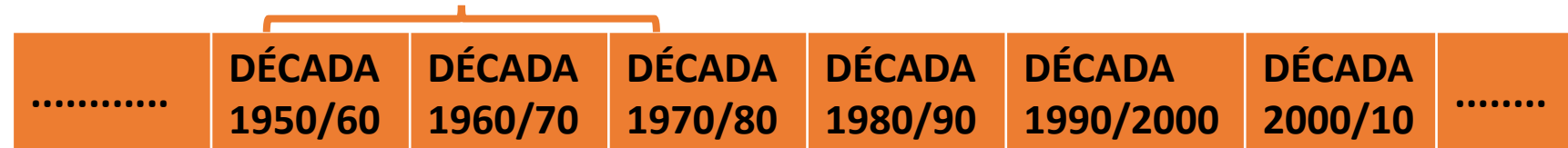
INSTITUIÇÃO	ORÇAMENTO
<i>Companhia de Planejamento do DF (CODEPLAN/DF)</i>	160,2
<i>Fundação Seade (SEADE/SP)</i>	54,6
<i>Fundação João Pinheiro (FJP/MG)</i>	45,2
<i>Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE/RS)</i>	39,7
<i>Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA)</i>	17,9
<i>Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES/PR)</i>	15,4
<i>Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM/PE)</i>	8,2
<i>Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO/PI)</i>	6,6

Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões, etc.

Diversas repartições e departamentos estatísticos foram ampliados, passando a incorporar outras atribuições de pesquisa aplicada e de planejamento, transformando-se em organizações institucionais específicas.



Não tinham, portanto, configuração institucional própria

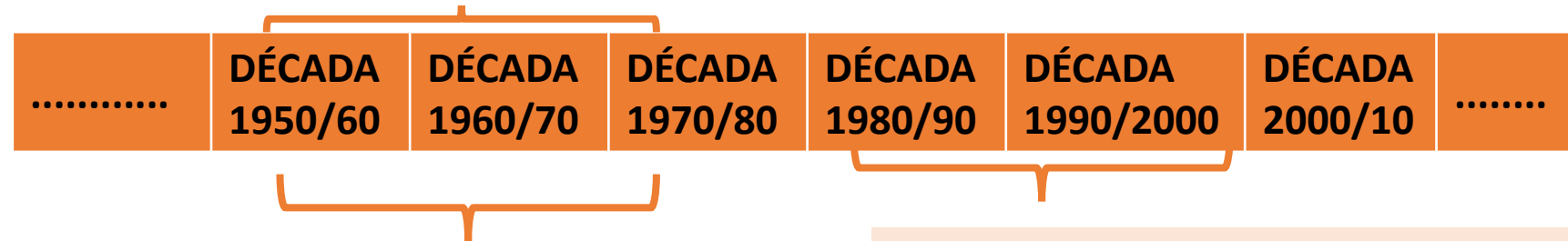
APOGEU
Industrialização acelerada. Governos estaduais reorganizam, modernizam e expandem suas áreas e atividades de pesquisa, planejamento e estatística.

Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões etc.

Diversas repartições e departamentos estatísticos foram ampliados, passando a incorporar outras atribuições de pesquisa aplicada e de planejamento, transformando-se em organizações institucionais específicas.



Não tinham, portanto, configuração institucional própria

APOGEU
Industrialização acelerada. Governos estaduais reorganizam, modernizam e expandem suas áreas e atividades de pesquisa, planejamento e estatística.

CRISE E IMPASSES
Crise da dívida, hiperinflação, recessão. Reformas neoliberais e desmonte do Estado Nacional Desenvolvimentista. Crise, colapso, ajustamento e disciplinamento das finanças estaduais. O aparato estatal de planejamento e formulação de políticas públicas é debilitado em termos operacionais e institucionais.

Reestruturação fiscal, financeira e patrimonial dos governos estaduais nos anos 1990 (entre 1997 e 1999)

Unidade federativa	Data do contrato	Valor	Prazo	RLR empenhada	Encargos
Acre	30/04/1998	32,9	30 anos	11,5%	IGP-DI + 6,0%
Alagoas	29/08/1998	777,8	30 anos	15,0%	IGP-DI + 7,5%
Amazonas	11/03/1998	120,1	30 anos	11,5%	IGP-DI + 6,0%
Bahia	01/12/1997	1.001,9	30 anos	11,5% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Ceará	16/10/1997	160,6	15 anos	11,5%	IGP-DI + 6,0%
Distrito Federal	29/07/1999	512,9	30 anos	13,0%	IGP-DI + 6,0%
Espirito Santo	24/03/1998	451,3	30 anos	13,0%	IGP-DI + 6,0%
Goiás	25/03/1998	1.527,6	30 anos	13,0% a 15,0%	IGP-DI + 6,0%
Maranhão	22/01/1998	316,9	30 anos	13,0%	IGP-DI + 6,0%
Minas Gerais	18/02/1998	12.687,4	30 anos	6,79% a 13,0%	IGP-DI + 7,5%
Mato Grosso do Sul	30/03/1998	1.649,7	30 anos	14,0% a 15,0%	IGP-DI + 6,0%
Mato Grosso	11/07/1997	1.059,0	30 anos	15,0%	IGP-DI + 6,0%
Pará	30/03/1998	332,8	30 anos	15,0%	IGP-DI + 7,5%
Paraíba	31/03/1998	444,0	30 anos	11,0% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Pernambuco	23/12/1997	1.056,7	30 anos	11,5%	IGP-DI + 6,0%
Piauí	20/01/1998	421,0	15 anos	13,0%	IGP-DI + 6,0%
Paraná	31/03/1998	642,1	30 anos	12,0% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Rio de Janeiro	29/10/1999	19.408,8	30 anos	12,0% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Rio Grande do Norte	26/11/1997	68,1	15 anos	11,5% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Rondônia	12/02/1998	244,6	30 anos	15,0%	IGP-DI + 6,0%
Roraima	25/03/1998	9,1	30 anos	11,5%	IGP-DI + 6,0%
Rio Grande do Sul	15/04/1998	10.595,1	30 anos	12,0% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Santa Catarina	31/03/1998	2.236,7	30 anos	12,0% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Sergipe	27/11/1997	434,1	30 anos	11,5% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
São Paulo	22/05/1997	59.363,5	30 anos	8,86% a 13,0%	IGP-DI + 6,0%
Total refinanciado		115.554,7			
Contratos de renegociação da dívida estadual – Lei 9.496/1997					
(R\$ milhões)					

Ao amparo da Lei nº 9.496/1997, foram firmados 25 contratos de refinanciamento de dívida com os Estados e o Distrito Federal, somando um passivo contratual de R\$ 115,5 bilhões, a preços correntes, equivalentes a 11% do PIB.

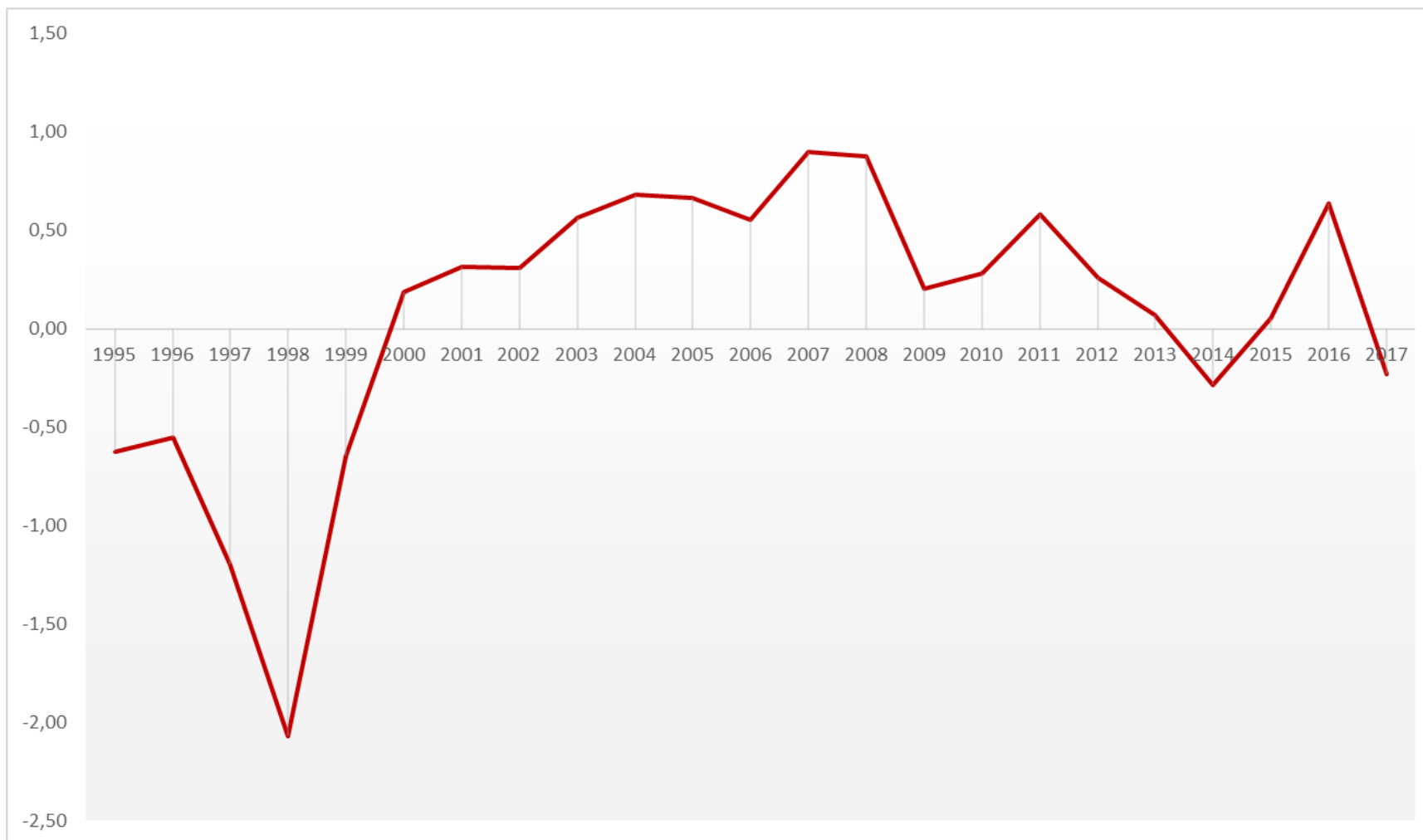
Reestruturação fiscal, financeira e patrimonial dos governos estaduais nos anos 1990

Operação	Receita dos Leilões	Dívidas Transferidas	Resultado Total
Empresa Privatizada	24.221	6.750	30.971
Venda de Participações	3.728	–	3.728
Total 1996/2002	27.949	6.750	34.699

Venda do controle e de participações acionárias de 55 empresas e bancos públicos entre 1996 e 2002.

Programa de desestatização, visando, principalmente, reduzir a capacidade dos governos estaduais para comandar gastos.

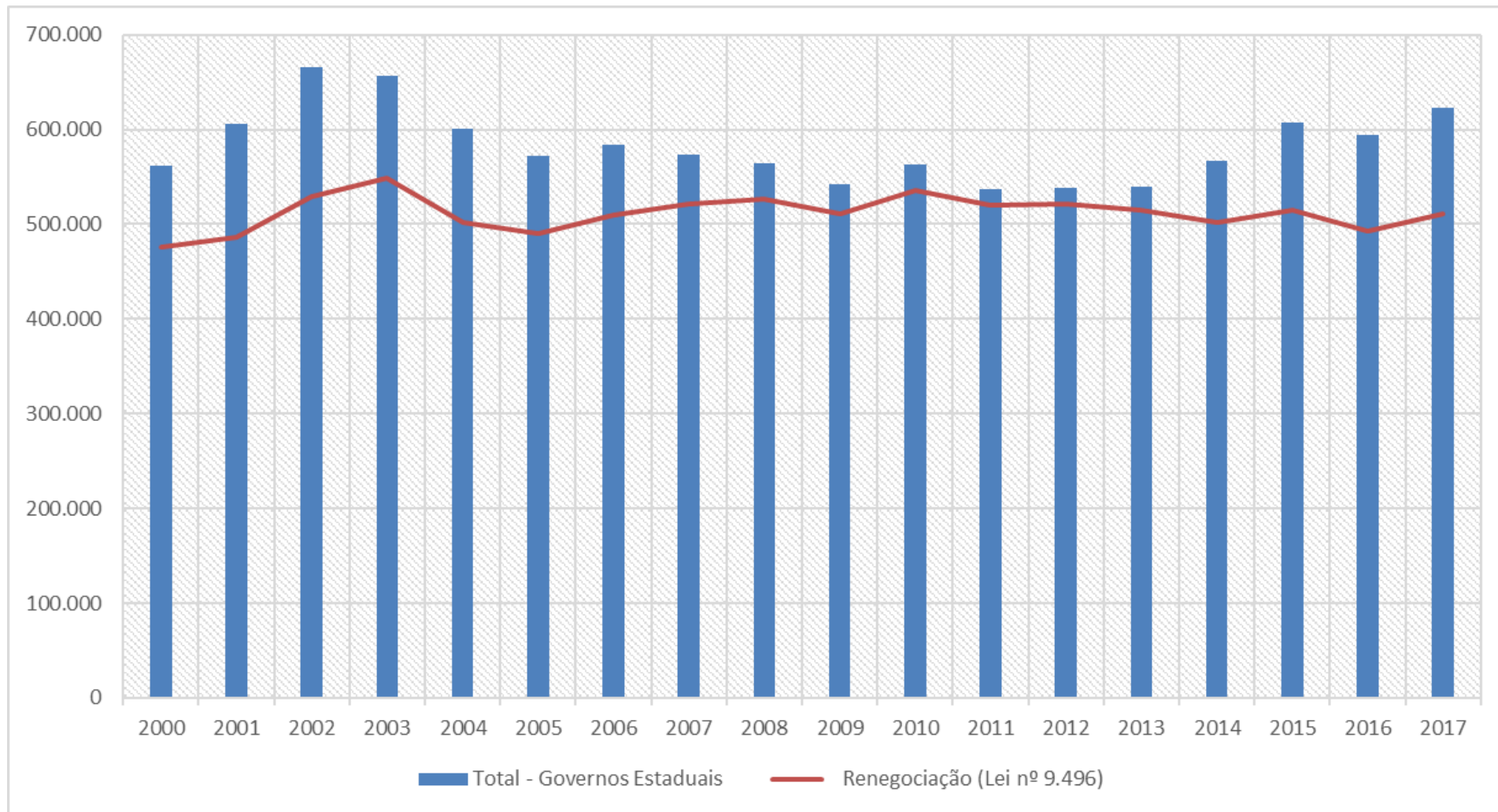
Resultado primário dos estados – 1995 a 2017 (em % do PIB – valores correntes)



Governos estaduais passaram a ser obrigados a gerar superávits primários continuados para cumprir com suas obrigações financeiras.

Fonte dos dados básicos: STN / BACEN / IBGE

Dívida Líquida do Setor Público Estadual – 2000 a 2017 - Valores reais (R\$ Milhões)



Fonte dos dados básicos: BACEN / FGV

Contudo, passadas duas décadas desde a efetivação do processo de ajustamento, o problema da dívida estadual não foi equacionado e permanece ainda em aberto.

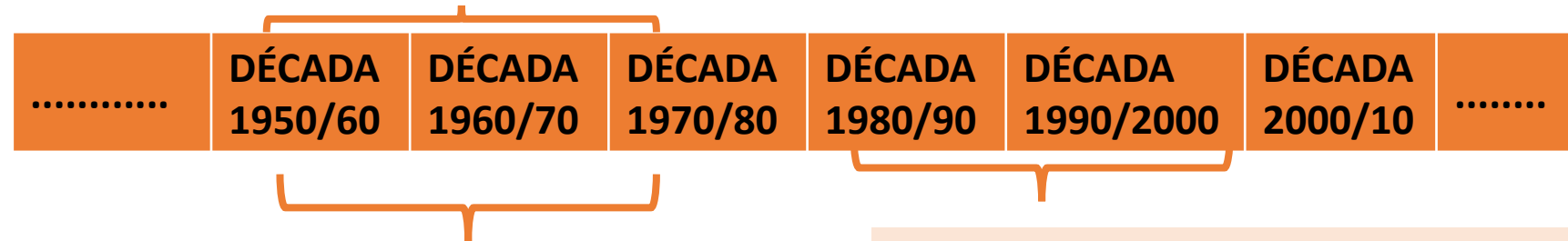
Permanência de desequilíbrios fiscais de caráter estrutural que não foram até agora equacionados e que persistem em escala cada vez mais ampliada.

Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões etc.

Diversas repartições e departamentos estatísticos foram ampliados, passando a incorporar outras atribuições de pesquisa aplicada e de planejamento, transformando-se em organizações institucionais específicas.



Não tinham, portanto, configuração institucional própria

APOGEU
Industrialização acelerada. Governos estaduais reorganizam, modernizam e expandem suas áreas e atividades de pesquisa, planejamento e estatística.

CRISE E IMPASSES
Crise da dívida, hiperinflação, recessão. Reformas neoliberais e desmonte do Estado Nacional Desenvolvimentista. Crise, colapso, ajustamento e disciplinamento das finanças estaduais. O aparato estatal de planejamento e formulação de políticas públicas é debilitado em termos operacionais e institucionais.

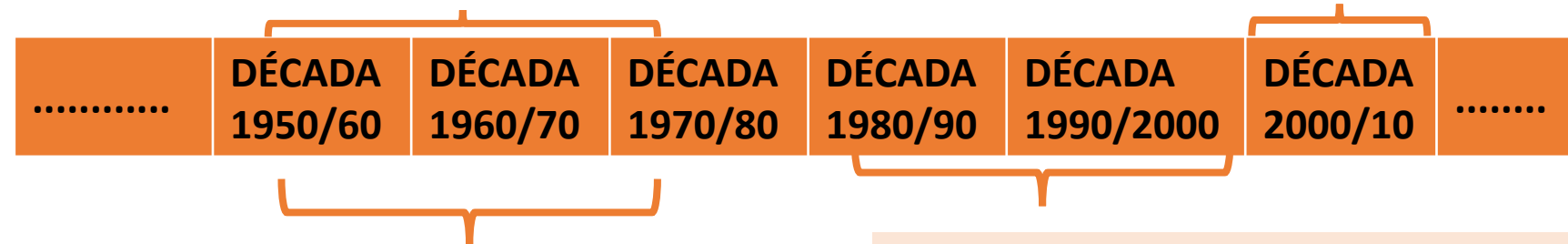
Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões etc.

Diversas repartições e departamentos estatísticos foram ampliados, passando a incorporar outras atribuições de pesquisa aplicada e de planejamento, transformando-se em organizações institucionais específicas.

Avanços e Continuidades
“Boom das commodities”. Revitalização do aparato estatal de planejamento e de formulação de políticas públicas. Crescimento inclusivo. Manutenção da institucionalidade fiscal.



Não tinham, portanto, configuração institucional própria

APOGEU
Industrialização acelerada. Governos estaduais reorganizam, modernizam e expandem suas áreas e atividades de pesquisa, planejamento e estatística.

CRISE E IMPASSES
Crise da dívida, hiperinflação, recessão. Reformas neoliberais e desmonte do Estado Nacional Desenvolvimentista. Crise, colapso, ajustamento e disciplinamento das finanças estaduais. O aparato estatal de planejamento e formulação de políticas públicas é debilitado em termos operacionais e institucionais.

NOVAS REGRAS FISCAIS

Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016

- Instituiu normas do Plano de Auxílio aos Estados e fixou medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal.
- Refinanciamento das dívidas renegociadas dos estados por prazo de 20 anos.
- Condicionalidade: limitar à variação do IPCA o crescimento das despesas primárias correntes nos dois exercícios fiscais subsequentes ao termo aditivo para refinanciamento das dívidas.

Lei Complementar nº 159, de 19/05/2017

- Instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, contemplando, entre outras medidas: a) privatização de empresas e bancos públicos; b) redução dos incentivos e benefícios fiscais que impliquem renúncia de receita de no mínimo 10% ao ano; c) supressão de vantagens e benefícios dos servidores estaduais que não estejam previstos para os servidores federais.
- Prazo do processo de recuperação fiscal fixado em até 36 meses. Neste período, o pagamento da dívida pode ser suspenso, excepcionalmente.
- Estimula estado a aprovar Leis de Responsabilidade Fiscal específicas para limitar crescimento das despesas de caráter obrigatório.

Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

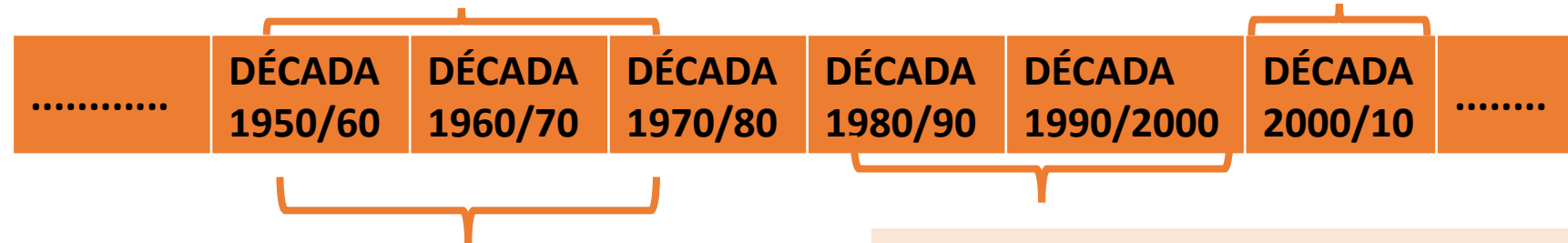
PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões etc.

Não tinham, portanto, configuração institucional própria

Diversas repartições e departamentos estatísticos foram ampliados, passando a incorporar outras atribuições de pesquisa aplicada e de planejamento, transformando-se em organizações institucionais específicas.

Avanços e Continuidades
“Boom das commodities”. Revitalização do aparato estatal de planejamento e de formulação de políticas públicas. Crescimento inclusivo. Manutenção da institucionalidade fiscal.



APOGEU

Industrialização acelerada. Governos estaduais reorganizam, modernizam e expandem suas áreas e atividades de pesquisa, planejamento e estatística.

CRISE E IMPASSES
Crise da dívida, hiperinflação, recessão. Reformas neoliberais e desmonte do Estado Nacional Desenvolvimentista. Crise, colapso, ajustamento e disciplinamento das finanças estaduais. O aparato estatal de planejamento e formulação de políticas públicas é debilitado em termos operacionais e institucionais.

Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões etc.



Não tinham, portanto, configuração institucional própria

Linha do tempo: trajetória geral das Instituições Estaduais de Planejamento, Pesquisa e Estatística

PRIMÓRDIOS

Unidades vinculadas a órgãos da administração direta: departamentos, repartições, superintendências, centros, divisões etc.

TENDÊNCIA
Voltar a se organizar como unidade integrante de órgãos da administração direta e/ou terceirização das atividades de elaboração de indicadores.



Não tinham, portanto, configuração institucional própria

Três modelos podem passar a ser dominantes para reorganização futura das entidades de pesquisa e de produção e disseminação de informações estatísticas:

- 1. Extinção das instituições, com a subsequente contratação no mercado dos serviços de elaboração de indicadores – via adotada pelo governo do Rio Grande do Sul.**
- 2. Reincorporação das instituições na administração direta, transformando-as em uma divisão de estatística vinculada a algum órgão do Estado – o que significaria um retorno às origens de muitas das entidades existentes.**
- 3. Uma combinação desses dois modelos de reorganização institucional.**

Crise e Alternativas para os Institutos de Planejamento, Pesquisa e Estatística Brasileiros: O Contexto Estadual

Roberto Nascimento Rodrigues

Presidente da Fundação João Pinheiro

XXIII Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – ANIPES

São Luís, Maranhão, Novembro de 2018